



SUMÁRIO

ETAPA 1 – FUNDAMENTOS

FASE 1 – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

AÇÃO 1 – REUNIÃO COM GRUPO CONSULTIVO2

ANEXOS..... 4

AÇÃO 2 – CAPACITAÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO39

ANEXOS..... 40

AÇÃO 3 – EVENTO DE LANÇAMENTO.....67

ANEXOS..... 69



AÇÃO 1 – REUNIÃO COM GRUPO CONSULTIVO

Foi realizada pela Espaço Urbano a primeira reunião com o Grupo Consultivo dia 29 de janeiro de 2010 às 14:00 horas na Prefeitura Municipal, com o objetivo de estruturar e organizar os grupos de trabalho, tendo como pauta:

- Auto apresentação;
- Assinatura da Lista de Presença (Anexo 1);
- Apresentação e discussão para aprovação do Plano de Trabalho e Cronograma de Ações (Anexo 2);
- Entrega do Plano de Trabalho;
- Definição da unidade/mapeamento;
- Entrega do Roteiro de Informações;
- Apresentação da Proposta/Modelo do Cartaz para divulgação do PMSB (Anexo 3);
- Definição de número de cartazes e cartilhas;
- Agendamento da Capacitação e Evento de Lançamento
- Discussão de estratégias para divulgação e efetiva participação popular no PMSB – Herval D'Oeste:

Mobilização da População

A mobilização se dará através de cadastro dos atores (Anexo 4) recursos publicitários e convites para participar do Evento de Lançamento, bem como da capacitação, oficina, reuniões e audiências públicas.

A publicidade do processo de elaboração do PMSB dar-se-á da seguinte maneira:



Fixação de cartazes, criado pela Espaço Urbano e aprovado pelo Grupo Consultivo, em todos os órgãos, entidades e associações comunitárias do município, contendo divulgação e chamada para participar da elaboração do PMSB;

Publicação e publicidade de informações relativas à elaboração do PMSB com todas as fases do trabalho em jornal local e/ou regional e cartilhas, sendo de responsabilidade da Espaço Urbano monitorar, scanear e anexar as mesmas aos relatórios de cada etapa.

A reunião foi registrada em Ata (Anexo 5) sendo também fotografada (Anexo 6).

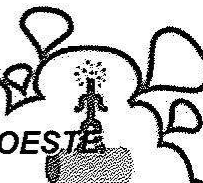


ANEXOS



ANEXO I

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO DO GRUPO CONSULTIVO



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

HORARIO: 14 horas

LOCAL: Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste – Sala de Reuniões

LISTA DE PRESENÇA[illegible]



ANEXO II

PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DAS AÇÕES



PLANO DE TRABALHO – HERVAL D'OESTE

1. JUSTIFICATIVA

A Lei N.º 11.445 de 05 de Janeiro de 2007, estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e para Política Federal de Saneamento Básico, onde estabelece em seu Art. 2º os Princípios Fundamentais, tais como: a universalidade do acesso, a integralidade, o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, disponibilidade, em toda a área urbana de serviços de drenagem, eficiência e sustentabilidade econômica, utilização de tecnologias apropriadas, transparência das ações, controle social e entre outros.

Com a nova Lei, houve um avanço significativo estabelecendo uma política nacional para tratar da regulação do Saneamento Básico, favorecendo uma ação coordenada entre os Entes Federados: Municípios, Estados e União, onde cada um deve atuar dentro de sua esfera de competência, cabendo aos Municípios o planejamento dos serviços, através da elaboração do **Plano Municipal de Saneamento Básico** e, compatibilizá-lo a outras áreas como recursos hídricos, desenvolvimento urbano, etc. Trata de estabelecer as regras do jogo para que haja uma parceria pública privada para melhorar os índices de cobertura do saneamento nos Municípios, com a modernização do sistema de prestação de serviços.

O Planejamento deve ser feito com a participação da sociedade para se buscar soluções tecnológicas e melhoria da infra-estrutura considerando-se todas as variáveis sócio-culturais e ambientais envolvidas na formulação das soluções de saneamento em prol da superação do déficit e das desigualdades no acesso aos serviços de saneamento ambiental, propiciando a sociedade, uma posição de protagonizou na definição, formulação e gestão das políticas públicas para o saneamento.



2. METODOLOGIA

A Espaço Urbano - Consultoria e Planejamento tem como proposta Metodológica um processo de planejamento simples e sistemático, objetivando resultados apropriados para a implantação de uma estratégia de planejamento e desenvolvimento do Saneamento Básico Municipal.

A metodologia a ser adotada é a **CDP - Sistemática das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades** que representa basicamente um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultado de pesquisas e levantamentos, proporcionando uma apresentação compreensível da situação das áreas de interesse para o planejamento, facilitando a complementação, o aperfeiçoamento sucessível e permanente do Plano, de forma descentralizada e participativa, buscando a gestão democrática do saneamento básico na cidade com o objetivo de realizar suas funções sociais.

O desenvolvimento de todo o processo terá duração de 08 meses onde, ao longo dos mesmos serão realizadas audiências públicas, reuniões comunitárias, reuniões setoriais e com o Grupo Consultivo que será formado por técnicos da área, concessionárias e representantes da comunidade.

O processo da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico constituir-se-á de **08 Fases** que contarão com a efetiva participação da sociedade através de reuniões comunitárias, reuniões técnicas setoriais, audiências públicas e ações de envolvimento como: capacitação, oficinas de trabalho, divulgação, distribuição de cartilhas sobre saneamento básico, que serão desenvolvidas ao longo das fases:

ETAPA 1 – FUNDAMENTOS



Esta Etapa compreende três Fases que são: Participação da Sociedade, Aquisição de Informações e Diagnóstico composto pela sistematização das informações e avaliação dos dados obtidos na Leitura Técnica e Leitura

Comunitária, onde serão definidas as condicionantes, deficiências e potencialidades de abastecimento, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem, traçando-se os objetivos de curto, médio e longo prazo.

FASE 01 – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Com o objetivo de sensibilizar o maior numero possível de munícipes serão utilizados recursos publicitários, convites, cartazes e atividades abaixo relacionadas para sensibilizar, informar e oportunizar a comunidade a sua participação em todas as Fases do processo.

Evento de Lançamento - É o passo inicial, onde será apresentado a proposta metodológica para elaboração do Plano, o que vem a ser Plano Municipal de Saneamento, apresentação do Grupo Consultivo e apresentação da Equipe Técnica da Espaço Urbano que irá coordenar a execução do Plano.

Capacitação - Tem por objetivo nivelar o conhecimento do Grupo Consultivo sobre a metodologia, a importância da participação de todos em todas as etapas, com o conteúdo programático: metodologia, Lei Federal 11.445, planejamento urbano e processo de urbanização municipal, diagnóstico social municipal, objetivos gerais, processos participativos, roteiro de informações sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem.



Reuniões Comunitárias e Setoriais - Após definição da unidade de planejamento (Bacia Hidrográficas/Bairros/Regiões) deverão ser realizadas reuniões com a Comunidade destas unidades para buscar informações referentes ao passado, presente e futuro dos diversos setores do saneamento, buscando identificar convergência de opiniões que subsidiarão a formatação do cenário mais provável para o saneamento básico do Município e seu desenvolvimento sustentável.

Audiências Públicas - Deverão ser realizadas ao término de cada fase com o objetivo de apresentar, pactuar e validar os dados, resultados e propostas de cada fase do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento.

Cartazes e Cartilhas - Elaboração e distribuição de cartazes e cartilhas que tem por objetivo ser educativos, informar sobre a realidade dos serviços de saneamento básico e sensibilizar a comunidade a participar da elaboração do Plano.

Ação 01 – Reunião com o Grupo Consultivo

Ação 02 – Capacitação do Grupo Consultivo

Ação 03 – Evento de Lançamento

Ação 04 – Elaboração do Relatório

FASE 02 - AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES

Será composta pelos levantamentos técnicos e comunitários, através das ações:



Ação 01 - Definição da Unidade de Planejamento - Identificação das Bacias Hidrográficas elementares, das áreas censitárias e ou administrativas e definição das áreas de planejamento e definição da cartografia base.

Ação 02 - Aquisição de Informações Técnicas - Coleta de dados e mapeamento sobre: geologia, climatologia, hidrologia, topografia, ordenamento territorial, vegetação, fauna, demografia, atividade econômica, infra-estrutura e outros.

Ação 03 – Levantamento Comunitário – Realização de reuniões comunitária urbana e rural para levantamento das informações.

FASE 03 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E SEUS IMPACTOS

Ação 01 - Realização dos Diagnósticos Setoriais - Identificando as condicionantes, deficiências e potencialidades do abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana através da sistematização e avaliação dos dados obtidos.

A sistematização se fará através do diagnóstico, que é a etapa do processo de planejamento que consiste em avaliar os problemas cujas causas são identificadas pela análise, julgando-os, racionalmente, a fim de se saber como atuar, quando atuar e onde atuar. Dessa avaliação resulta:

Uma Hierarquização dos Problemas - Hierarquizar os problemas significa avaliar a importância relativa de cada um deles, ao desenvolvimento da área sob planejamento e ordenar os mesmos de acordo com a importância atribuída pela sociedade.



Uma compatibilização das soluções ou diretrizes propostas, entre si - Compatibilizar as diretrizes ou soluções estabelecidas para resolver os problemas hierarquizados (objetivos do desenvolvimento) adotando soluções coerentes entre si, soluções que não sejam incompatíveis, mutuamente.

Uma avaliação da solução mais eficaz - Avaliar a solução mais eficaz buscando, dentre as soluções viáveis propostas, aquela para a qual os custos sejam mínimos e os benefícios máximos, baseados na interpretação dos dados obtidos na leitura técnica e comunitária.

A metodologia utilizada será **A SISTEMÁTICA DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES - CDP**. Considerando esta sistemática, admite-se que, em tese, qualquer elemento da estrutura urbana pode ser definido como **CONDICIONANTE**, ou **DEFICIÊNCIA**, ou ao mesmo tempo, representar uma **POTENCIALIDADE**, abrindo margem a interpretações diferenciadas, dependendo do ponto de vista técnico e político dos agentes envolvidos.

Características da Sistemática CDP

- ✓ Representa basicamente um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultados de pesquisas e levantamentos, proporcionando uma apresentação compreensível, facilmente visualizáveis e compatíveis da situação atual das áreas de interesse para o planejamento;
- ✓ Pode orientar o planejamento em todas as fases do processo;



- ✓ Baseia-se em critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos de controle de resultados, evitando com isto os erros de uma simples eliminação de deficiências;
- ✓ Classificação dos elementos da estrutura urbana segundo Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, atribui aos mesmos uma função dentro do
- ✓ processo de desenvolvimento da cidade. Isto significa que as tendências de desenvolvimento poderiam ser percebidas com maior facilidade;
- ✓ Da mesma forma que a classificação dos elementos da estrutura urbana e em correspondência a essa, as medidas podem ser classificadas em três grupos de demanda:

Condicionantes geram uma demanda de manutenção.

Deficiências geram uma demanda de recuperação e melhoria.

Potencialidades geram uma demanda de inovação e com isto, deve ser estabelecida uma base comparável para o desenvolvimento de todas as áreas urbanas.

- ✓ Em virtude do enfoque globalizante, a avaliação dos problemas baseia-se, também, em indicadores qualitativos e não apenas quantitativos;
- ✓ As relações de causa e efeito são apresentadas de maneira tal que fica evidente o seu inter-relacionamento;



- ✓ Esta sistemática permite a utilização de diferentes métodos e técnicas - empíricas, analíticas, comparativas e avaliatórias - em diferentes graus de profundidade, sem que isto implique numa perda da orientação básica para a identificação das prioridades na ação do Governo Municipal para o Saneamento;
- ✓ Em virtude de suas possibilidades de apresentação gráfica, esta sistemática e os resultados de sua aplicação podem ser transmitidos com maior facilidade à comunidade apesar do seu relativo desconhecimento sobre assuntos específicos de planejamento.

Em resumo pode ser colocado como o essencial desta sistemática, o seu caráter que facilita a sua complementação e o seu aperfeiçoamento sucessivo e permanente, em termos de abrangência e detalhamento.

As atividades básicas necessárias à realização do Diagnóstico são:

- ✓ Sistematização e Análise das Informações;
- ✓ Identificação das Áreas Prioritárias de Ação;
- ✓ Identificação das Medidas Prioritárias.

Sistematização e Análise das Informações

Com base nas informações obtidas nesta fase de levantamento técnico e comunitário, confrontados com os Indicadores/Parâmetros definidos pela equipe da Espaço Urbano, procede-se a uma descrição avaliativa das condições atuais dos setores de interesse para o planejamento:



Condicionantes - Elementos que devem ser mantidos, preservados ou conservados, e, sobretudo considerados no planejamento;

Deficiências - Situações que devem ser melhoradas ou problemas que devem ser eliminados;

Potencialidades - Elementos, recursos ou vantagens que podem ser incorporadas positivamente ao sistema de saneamento.

Atividade 01 - Organização e Análise das Informações - A apresentação dos elementos e informações deverá ser realizada em forma de TABELAS, efetuando paralelamente uma análise descritiva dos fatores encontrados quanto a sua relevância global e as consequências da não consideração dos mesmos.

A organização dos elementos de informação realizada em forma de tabela permite uma visão da situação e dos fatores que condicionam o desenvolvimento e com isto uma primeira avaliação destes fatores no sentido de sua relevância e ordem de grandeza. Ela representa a base para a seleção dos elementos que serão apresentados graficamente.

As informações classificadas segundo o método C.D. P (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades) serão organizados conforme níveis setoriais ou áreas de interesse, a seguir:

1. AMBIENTE FÍSICO RURAL / URBANO

1.1. Levantamento Territorial

- Levantamento da Evolução Urbana
- Uso e Ocupação atual do solo
- Aspectos Regionais



1.2. Condições Físico-Naturais

- Hidrografia
- Geomorfologia
- Geologia
- Solo e Cobertura Vegetal
- Clima
- Áreas de Proteção Ambiental

2. CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO

2.1. População

- Distribuição
- Densidade
- Crescimento
- Migração

2.2. Emprego e Renda

- Crescimento
- Ocupação e Desocupação
- Estrutura da oferta e demanda
- Qualificação
- Salários

2.3. Base Econômica

- Setor Primário
- Setor Secundário
- Setor Terciário



3. INFRA-ESTRUTURA URBANA

3.1. Sistema Viário e de Transporte

- Rodoviário
- Ferroviário
- Aeroviário
- Hidroviário e Portuário

3.2. Saneamento Básico

- Abastecimento de Água
- Esgotamento Sanitário
- Drenagem Urbana
- Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

3.3. Energia Elétrica

3.4. Comunicação

4. HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

4.1. Habitação

4.2. Educação

4.3. Saúde

4.4. Assistência Social

4.5. Cultura / Esporte e Lazer

5. INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS



- 5.1. Administração Municipal
- 5.2. Concessionárias
- 5.3. Instrumentos Legais / Tributários e Financeiros
- 5.4. Planejamento

Atividade 02 - Apresentação Gráfica dos Resultados - Com o inter-relacionamento espacial das informações pesquisadas dos diversos níveis setoriais se atinge um conhecimento maior sobre a distribuição ou concentração dos problemas e potencialidades nas diversas áreas do espaço municipal e urbano.

Os passos necessários para a realização desta atividade são os seguintes:

Seleção da Cartografia - Será usada, como base cartográfica para elaboração dos mapas apresentados as Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, a mesma escala utilizada na etapa de levantamento de dados, para facilitar a superposição dos resultados.

Determinação dos Elementos para Notação Gráfica - Determinação dos ícones, símbolos e os pictogramas para a elaboração dos mapas CDP.

Elementos pontuais serão representados por ícones ou símbolos inseridos em:

- Quadrados para as Condicionantes (Azul)
- Triângulos para as Deficiências (Vermelho)
- Círculos para as Potencialidades (Amarelo)

Para a representação e demarcação das áreas, usarão as cores: Azul-Condicionantes / Vermelho-Deficiência / Amarelo-Potencialidade, em diversas tonalidades ou hachuras.



Elaboração dos Mapas CDP - Os elementos dos diversos setores ou níveis que foram identificados como CDP e que podem ser localizados dentro da área de interesse para o planejamento são plotados em três mapas distintos.

A apresentação de todas as informações em três mapas, para facilitar a leitura e a comparação, será apresentada em primeiro lugar, os elementos de destacada relevância e repercussão em termos de ordem de grandeza, urgência e interesse comunitário e, posteriormente, complementados os mapas com os elementos de menor relevância.

Atividade 03 - Identificação das Áreas Prioritárias de Ação - As Áreas de Ação serão definidas pela concentração no espaço das Condicionantes, das Deficiências e das Potencialidades e, simultaneamente, pela concentração da demanda por medidas específicas para resolver os problemas destas áreas.

Com base nesse raciocínio, realiza-se a superposição dos resultados obtidos nos três mapas CDP com a finalidade de estabelecer as áreas de ação prioritárias nas quais a realização dos investimentos produzirá efeitos estimulantes, corretores e ordenadores.

Para identificação das Áreas de Ação, proceder-se-á da seguinte maneira:

- Superposição dos mapas CDP;
- Delimitação das áreas de Ação: na superposição dos mapas CDP fica evidente a concentração das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades;
- Identificação das demandas e medidas: a concentração no espaço das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades demonstra, simultaneamente,



a concentração da demanda e necessidade de medidas em determinadas áreas.

Ação 02 - Identificação das Ações Prioritárias - Determinar as prioridades significa selecionar as medidas que, com menor comprometimento de recursos externos, resultem em um maior benefício para a comunidade a curto, médio e longo prazo, contribuindo para:



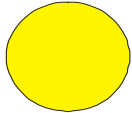
Corrigir os desequilíbrios que verificam nas cidades, resultantes das ausências ou insuficiência de infra-estrutura de serviços de saneamento básico, especialmente quando o fato implica em risco imediato para a população.

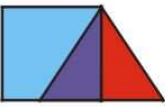
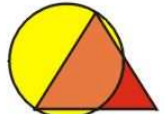
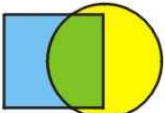
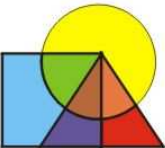
Assegurar às camadas da população de baixa renda a possibilidade de satisfazer suas necessidades básicas garantindo-lhes, em termos econômicos e de acessibilidade física, os serviços de saneamento básico.

Orientar o ordenamento e controle de uso e de investimentos públicos e privados no sentido de oportunizar uma política do governo local que busque o atendimento e acesso a toda população ao saneamento básico.

Chega-se com isto a possibilidade de delimitar áreas com diferentes necessidades de ações, ao mesmo tempo, uma priorização em termos qualitativos que ainda deve ser avaliada e comprovada por critérios políticos e econômicos, e pelo que foi disposto nas reuniões comunitárias e audiências.



LOCAIS	ELEMENTOS	TIPOS DE DEMANDA
	Condicionante	Manutenção
	Deficiência	Melhoria
	Potencialidade	Inovação

LOCAIS	ELEMENTOS	SUPERPOSIÇÃO
	Condicionante + Deficiência	Recuperação
	Potencialidade + Deficiência	Consolidação
	Condicionante + Potencialidade	Preservação
	Condicionante + Deficiência + Potencialidade	Áreas Prioritárias de Ação



O Diagnóstico, que compreende as leituras técnica e comunitária (audiências, reuniões, entrevistas, levantamento de dados, etc.), irá se fundamentar no levantamento dos fatores determinantes da situação atual sobre os diversos aspectos a serem abordados identificando posteriormente suas condicionantes, deficiências e potencialidades do município.

Após a identificação destes fatores, procura-se identificar quais as tendências que estão em curso na atualidade e que representarão as principais condicionantes do futuro, de modo a se obter indícios preliminares dos futuros possíveis e submetê-los ao crivo da sustentabilidade política patrocinada pelos atores envolvidos.

Ação 03 - Realização da Primeira Audiência Pública - Apresentação do diagnóstico e conclusões da Etapa 1, com distribuição de cartilhas de sensibilização.

Ação 04 – Elaboração do Relatório do Diagnóstico

ETAPA 2 – PROPOSTAS

Esta fase compreende duas Fases que são: Prognóstico e Alternativas e Programas, Projetos e Ações que nortearão o desenvolvimento do saneamento básico do Município por meio de definição de objetivos, metas a curto, médio e longo prazo e, programas, projetos e ações para que se alcance os objetivos e metas definidos que deverão ser aprovados pela comunidade através de Audiências Públicas.

FASE 04 – PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS

Ação 01 - Realização de Oficina de Trabalho



Será composta pelas atividades:

Atividade 01 - Planejamento e Programação da Oficina - Planejamento e Elaboração do programa e metodologia da oficina de trabalho onde, a Equipe Técnica Contratada juntamente com o Grupo Consultivo (formado por Técnicos da Prefeitura, Concessionárias e Representantes da Comunidade) discutirão as áreas e medidas prioritárias de ação para posterior construção da Proposta.

Atividade 02 - Realização da Oficina - Definição de Metas - Na oficina o Grupo Consultivo juntamente com a Equipe Técnica da Espaço Urbano, de acordo com o planejamento, irá elaborar a Proposta do Plano de Saneamento Básico com os objetivos, metas a curto, médio e longo prazo.

Ação 02 – Relatório –Elaboração de relatório contendo o prognóstico e alternativas discutidas na oficina.

FASE 05 – PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Será composta pelas ações:

Ação 01 – Elaboração do Plano - Com base nos resultados elaborados na Oficina de Trabalho e Reuniões com o Grupo Consultivo, a Espaço Urbano elaborará o Plano através da Legislação e Normas do Plano de Saneamento, com busca de parcerias que viabilizem os recursos financeiros para a implantação das intervenções prioritárias a curto, médio e longo prazo, definidas no Plano.



Ação 02 - Realização da Segunda Audiência Pública - A Espaço Urbano apresentará a Proposta do Plano em Audiência Pública para todos os segmentos da Sociedade do Município com o objetivo de aprovar o Plano e posterior encaminhamento do Plano ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e ao Poder Legislativo Municipal.

Ação 03 – Elaboração do Relatório – Elaboração de relatório contendo o Plano discutido e aprovado na Segunda Audiência Pública.

ETAPA 3 – APROVAÇÃO

FASE 06 – AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS

Ação 01 – Reunião com o Conselho do Meio Ambiente Municipal e Legislativo – Reunião de discussão da Proposta de Ações para Situações de Emergência

Ação 02 – Elaboração de Diretrizes – Proposta de diretrizes para a ação municipal e estrutura administrativa necessária para a gestão do Plano e definição de competências.

Ação 03 – Elaboração de Projeto Básico – Elaboração de um projeto básico de rede coletora de esgoto sanitário de bairro.

ETAPA 4 – INSTITUCIONALIZAÇÃO



FASE 07 – MECANISMOS E PROCEDIMENTOS

O Desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico se dará, por dois processos distintos e interrelacionados entre si, que são a Elaboração do Plano propriamente dito e, o Processo de Implantação do Plano e acompanhamento de seus resultados. Para seu sucesso, se faz necessário a criação de um processo de permanente revisão e atualização, prevendo ações complementares com monitoramento de dados e estudos adicionais.

Ação 01 – Formulação de Mecanismos e Procedimentos de Monitoramento e Avaliação

O Processo de Planejamento e Gestão do Plano consiste numa série de ações que visam à implementação, de caráter permanente, descentralizado e participativo focando a Gestão democrática do Plano de Saneamento para a concretização de suas funções sociais através de:

Ação 02 – Relatório – Elaboração de relatório contendo os mecanismos de monitoramento e avaliação

Atividade 01 - Criação do Conselho e Fundo Municipal de Saneamento

Atividade 02 - Definição dos Programas de Monitoramento

Atividade 03 - Definição do Sistema de Implantação e Avaliação de Revisão do Plano



Atividade 04 - Realização da Terceira Audiência Pública/Entrega Oficial do Plano

FASE 08 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Ação 01 – Elaboração do Sistema de Informações contendo a ferramenta e ou banco de dados

Ação 02 – Elaboração de Relatório contendo o Sistema de Informações em meio impresso e digital



3. CONCLUSÃO

A Participação da Sociedade é necessária para um planejamento sustentável do Município, mas não é suficiente, pois o Plano Municipal de Saneamento necessita também, da existência de um “Filtro Crítico” que deve ser fornecido por profissionais técnico-científico. Portanto, a valorização da participação da sociedade não diminuiu a responsabilidade dos Técnicos, pelo contrário, torna sua tarefa ainda mais complexa.

A formação deste tipo de proposta deve contar com uma Equipe Técnica multidisciplinar para que a abordagem não trate somente dos aspectos tecnológicos do sistema de saneamento, mas que permita conduzir os projetos com base na análise de diferentes relações com o contexto urbano, de modo que possibilite a implementação adequada, racional e sustentável do sistema de saneamento, com uma visão integrada.



4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento / Ministério das Cidades - Brasília: M Cidades. 2006;
- Lei Federal N.º 11445, de 05 de Janeiro de 2007;
- Lei Nacional de Saneamento - Novos Desafios no Estado de São Paulo - Reportagem de Capa - Revista Saneas, Julho / Agosto 2007;
- Plano Diretor Participativo - Guia para Elaboração pelos Municípios e Cidadãos Ministério das Cidades / CONFEA, 2º Edição, Brasília 2005.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (1997). NBR13969. Projeto, construção e operação de unidades de tratamento complementares e disposição final dos efluentes de tanques sépticos: procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT. 57p.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (1993). NBR7229. Projeto, construção e operação de tanques sépticos. Rio de Janeiro: ABNT. 15p.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992). NBR12209. Projeto de estações de tratamento de esgoto sanitário - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT. 12p.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (1987). NBR9800. Critérios para lançamento de efluentes líquidos industriais no sistema coletor público de esgoto sanitário. Rio de Janeiro: ABNT. 3p.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (1986). NBR9648. Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário. Rio de Janeiro: ABNT. 5p.
- Alem Sobrinho, P.; Tsutiya, M. T. (1999). Coleta e transporte de Esgoto Sanitário. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. (2005). Decreto N° 357 de 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. www.ibge.gov.br.
- Nuvolari, A. (coord.) (2003). Esgoto Sanitário: coleta, transporte, tratamento e reúso agrícola. São Paulo: FATEC-SP/CEETEPS – FAT – Editora Edgard Blücher Ltda. 520p.
-



- Pessoa, C.A., Jordão, E.P. (1982). Tratamento de Esgotos Domésticos. 2 ed. Rio de Janeiro: ABES BNH. 536 p.
- Santa Catarina. (1998). Legislação sobre Recursos Hídricos. Governo do Estado de Santa Catarina / Editora Universitária UNISUL. Tubarão, SC. 96p.
- Von Sperling, M. (1996). Princípios de Tratamento Biológico de Águas Residuárias: Princípios básicos do tratamento de esgotos. vol 2. Belo Horizonte, MG: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Minas Gerais. 211 p.
- Baptista, Márcio B. (2002). Fundamentos de Engenharia Hidráulica - Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Gomes, H. P. (2002). Sistemas de Abastecimento de Água; Dimensionamento Econômico. João Pessoa, Editora Universitária UFPB.
- Gonçalves, R.F. – coord. (2006). Uso racional da água em edificações. Rio de Janeiro: ABES / Projeto PROSAB. 352p.
- Macêdo, J.A.B. (2003). Métodos laboratoriais de análises físico-químicas e microbiológicas. 2ª Ed. Belo Horizonte, MG: Macêdo / CRQ-MG. 450p.
- Tsutiya, M. T. (xxxx). Abastecimento de Água. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
- Tsutiya, M. T. (2001). Redução do Custo de Energia Elétrica em Sistemas de Abastecimento de Água, Rio de Janeiro. ABES.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004). NBR10004. Resíduos Sólidos – classificação. Rio de Janeiro. ABNT, 2004. 71p
- ANDREOLI, C.V.; VON SPERLING, M. Lodos de esgotos: tratamento e disposição final. Belo Horizonte: DESA-UFMG/SANEPAR, 2001.
- ALMEIDA et al. Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado. 2ª Ed. IPT/CEMPRE, 2000.
- CASSINI, S.T. (coord). Digestão de resíduos sólidos orgânicos e aproveitamento do biogás. Rio de Janeiro, PROSAB 3, 2003.
- CASTILHO JR., A.B. (coord). Resíduos sólidos urbanos: aterro sustentável para municípios de pequeno porte. Rio de Janeiro: PROSAB 3, 2003.
- CALDERON, S. Os bilhões perdidos no lixo. 4ª Ed. 2003.



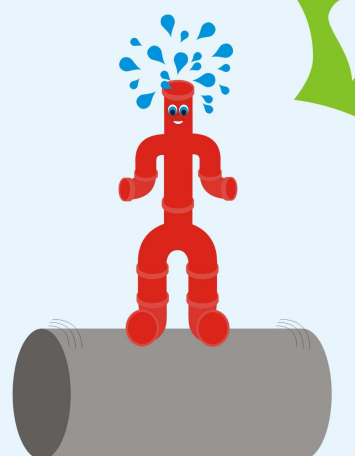
- COELHO, H. Manual de gerenciamento de resíduos sólidos de serviço da saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.
- LIMA, L.M.Q. Lixo: tratamento e biorremediação. 3ª Ed. Hemus, 2004.

ANEXO III

CARTAZ



Qualidade de Vida começa pelo básico.



Plano de Saneamento Básico de Herval d'Oeste
Participe desta Elaboração!

Evento:

Local:

Data:

Hora:

Recursos:



Contratante:



Prefeitura municipal de Herval d'Oeste
Fone: 3554 - 0922

Executora:



Fone: 3521-1320



ANEXO IV

CADASTRO DOS ATORES



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d' Oeste

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO PARA AUDIÊNCIAS DO
PMSB – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

DIA: 05 DE MARÇO DE 2010

ÀS: 14: 00 HORAS

LOCAL: GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES – ZONA URBANA

Nº	ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO	PRESIDENTE / VICE- PRESIDENTE	FONE	ASSINATURA
1.	Assoc. Moradores São Vicente	Solimar D'Agostini Luiz Carlos Zulian	9125 6361	<i>[Assinatura]</i>
2.	União das Associações	Clarinda da Luz Durigon	3554 0486 9995 1593	
3.	Assoc. Moradores N. S. Fátima	Anterio Luiz da Silva Ari Luiz da Silva	8841 2520 3554 4883	<i>[Assinatura]</i>
4.	Assoc. Moradores Vila Rica	Amauri José Dutra	8815 6179 3554 5489	<i>[Assinatura]</i>
5.	Assoc. Mor. Estação Luzerna	Valdecir Spier	3523 2104 8813 0757	<i>[Assinatura]</i>
6.	Assoc. Moradores Sto. Antonio	Reni de Brito	3554 1093 8806 6252	<i>[Assinatura]</i>
7.	Assoc. Moradores Vila Militar	Acácio Lhevicheski Sobrinho	3554 1196 9995 7170	<i>[Assinatura]</i>
8.	Assoc. Moradores N.Sra. Apª	Luiz Maria (interino)	9983 3128 3522 1677	<i>[Assinatura]</i>
9.	Assoc. Moradores São Jorge	Tatiane Correia	9975 6793	<i>[Assinatura]</i>
10.	Assoc. Moradores J. J. Rupp	Pedro da Silva Contato: Tronchinha	3554 4128 9996 3885	<i>[Assinatura]</i>
11.	Assoc. Moradores Centro	Luiz Alberto Ciota	3554 1673 9995 4321	<i>[Assinatura]</i>

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d' Oeste - SC - 89.610-000
Fone: (49) 3554.0922 - Fax: (49) 3554.0132
CNPJ: 82.939.430/0001-38
www.hervaldoeste.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO PARA AUDIÊNCIAS DO
PMSB – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

DIA: 05 DE MARÇO DE 2010

ÀS: 14:00 HORAS

LOCAL: GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES – ZONA RURAL

Nº	ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO	PRESIDENTE	FONE	ASSINATURA
21.	Linha Perpétuo Socorro	Pedro Millani	9995 3820	
22.	Linha Sede Sarandi	Alceu Peruzzo	3522 2137	
23.	Linha Barreiros	Venâncio Mascarello	3554 0692	
24.	Linha Itororó	Dirceu Feline	3522 2722	
25.	Linha Canhada Funda	Clodoaldo Bilibio	3554 0667 R 29	
26.	Linha Pacífico	Ivan da Silva	3554 0733 R 29	
27.	Linha Boa Esperança	Gilmar Dri	3554 0656 R 25	
28.	Linha Três Barras	Anildo Danieleski		
29.	Associação de Moradores e Esporte Clube de Serra Alta	Jandir José Merlini (falar com a Vera)	3554 1174	
30.	Linha Santa Terezinha	Geneci Peliciolli Faccin	9115 8820	

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000
Fone: (49) 3554.0922 - Fax: (49) 3554.0132
CNPJ: 82.939.430/0001-38
www.hervaldoeste.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d' Oeste

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO PARA AUDIÊNCIAS DO
PMSB – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

DIA: 05 DE MARÇO DE 2010

ÀS: 14:00 HORAS

LOCAL: GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

PRESIDENTES DA DIRETORIA DA IGREJA – ZONA RURAL

Nº	DIRETORIA DA IGREJA	PRESIDENTE	FONE	ASSINATURA
31.	Linha Sede Belém	Fortunato Cavalli Junior	3554 1895	<i>Fortunato Cavalli Junior</i>
32.	Linha Sede Sarandi	Antoninho Bertelli	3522 5906	<i>Antoninho Bertelli</i>
33.	Linha Serra Alta	Aldoino Cavicion	3554 0677	<i>Aldoino Cavicion</i>
34.	Linha Barreiros	Itacir Brandalise Casemiro Prigol	9925 3651 9995 2359	<i>Itacir Brandalise</i>
35.	Linha Bonita/Pinheirinho	Dirceu Bilibio	3554 2350	<i>Dirceu Bilibio</i>
36.	Linha Capoeirada	Mario Denardi	9981 0530	<i>Mario Denardi</i>
37.	Linha Rancho Queimado	Aginaldo Trevisol	8825 1859	<i>Aginaldo Trevisol</i>
38.	Linha Rio Sapato	Casemiro Cortelini	9975 6635	<i>Casemiro Cortelini</i>
39.	Linha Sr. Bom Jesus	Daniel Menegazzi	3522 5344	<i>Daniel Menegazzi</i>
40.	Linha Canhada Funda	Clodoaldo Bilibio	3554 0667 R 28	<i>Clodoaldo Bilibio</i>
41.	Linha São José da B. Verde	Milton Molossi <i>EDIMAR ANTONIASSI</i>	9985 3354	<i>Milton Molossi</i>
42.	Linha Km 7	Allan Seeber	3554 0622 R 30 9104 5642	<i>Allan Seeber</i>
43.	Linha Santa Terezinha	Jose Feltrin	9980 6104	<i>Jose Feltrin</i>
44.	Linha Pacífico	Roveto Zanella	3554 0733 R 28	<i>Roveto Zanella</i>
45.	Linha Boa Esperança	Jaison Chiamolera	3554 0656 R 29	<i>Jaison Chiamolera</i>
46.	Linha Itororó	Armindo Lunardelli	3554-4686	<i>Armindo Lunardelli</i>
47.	Linha Nova Estrela	Alvadir Toigo	3554-0098	<i>Alvadir Toigo</i>
48.	Linha Perpétuo Socorro	Pedro Milani	3554-0098 9995 3820	<i>Pedro Milani</i>
49.	Linha Três Barras	Ademar Parisenti	9996 3077	<i>Ademar Parisenti</i>

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d' Oeste - SC - 89.610-000
Fone: (49) 3554.0922 - Fax: (49) 3554.0132
CNPJ: 82.939.430/0001-38
www.hervaldoeste.sc.gov.br



ANEXO V

ATA DA REUNIÃO COM GRUPO CONSULTIVO



ATA DA REUNIÃO COM O GRUPO CONSULTIVO

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, às 14:20hs, na Câmara Municipal de Herval D' Oeste foi realizada a 1ª reunião do Grupo Consultivo. Participaram do evento os técnicos eleitos para compor o Grupo Consultivo da Prefeitura Municipal e Equipe da Empresa Espaço Urbanos, Consultoria e Planejamento, a Coord. Da Equipe Técnica Arq. Fátima Hermes, a Eng. Ana Paula Bortoloso, Dr. em Meio Ambiente, Dr. Dirceu Scaratti e a Adm. Gelize Abati. A Arq. Fátima Hermes, Coordenadora do Trabalho abriu a reunião, apresentando a Equipe Técnico da Empresa Espaço Urbano, onde a empresa atua, qual o segmento. A seguir explanou sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico, o que é e quais as etapas da elaboração do mesmo. Entregou o plano de trabalho a todos os presentes. Mostrou o cronograma e como ele será conduzido, explicando que durante o período poderão ser feitas alterações no cronograma. Agendado para os dias quinze a dezenove do mês março de dois mil e dez, as reuniões comunitárias para o Plano de Saneamento A Arq. Fátima comentou como deverão ser divulgadas as reuniões comunitárias. Os locais e horários das reuniões comunitárias vão ser discutidos em outra data. A Arq. Fátima mostrou a cartilha que deverá ser entregue nas escolas, nas reuniões comunitárias, no Hall de entrada da Prefeitura. A cartilha consta uma pesquisa que será respondida pela população e entregue nas urnas que vão estar nas reuniões, na Prefeitura e no SIMAE. A seguir a Arq. Fátima passa a palavra para o Dr. Dirceu que faz uma explanação sobre Desenvolvimento Sustentável. Após, Dr. Dirceu passa a palavra para a Eng. Sanitarista Ana Paula, que mostra estatísticas do município de Herval D'Oeste com relação ao Saneamento Básico. A seguir passa a palavra para a Arq. Fátima que deixa em aberto para perguntas. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às 16:00 horas, fazendo parte desta, a lista de presença.



ANEXO VI

REPORTAGEM FOTOGRÁFICA





AÇÃO 2 – CAPACITAÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO

A Capacitação do Grupo Consultivo ocorreu dia 26 de fevereiro, na Câmara de Vereadores, às 14:00 horas, sendo realizada com o objetivo de nivelar o conhecimento sobre metodologia, a abrangência e a finalidade do PMSB e a importância da participação de todos em todas as etapas do processo. A capacitação teve uma carga horária de quatro horas, sendo o conteúdo programático: Conceituação, metodologia da elaboração do PMSB, desenvolvimento sustentável, mudanças institucionais no País, base legal, informações sobre saneamento básico, aspectos técnicos do Plano e recursos financeiros.

A Capacitação foi preparada pela Equipe Técnica da Empresa Espaço Urbano. A preparação constou da elaboração da apostila (Anexo 1) composta pelos conteúdos programáticos acima citados, que foram explanados através de slides em sistema multimídia, sendo a mesma, distribuídas em momentos:

1º Momento: A reunião iniciou às 14:00 horas com a assinatura da lista de presença (Anexo 2), distribuição da apostila e auto apresentação.

2º Momento: Apresentação de slides sobre:

Conceituação, metodologia da elaboração do PMHIS explanado pela Arq. Fátima Hermes;

Desenvolvimento sustentável, mudanças institucionais e base legal explanado pelo Sr. Dirceu Scaratti;

Saneamento básico, aspectos técnicos do Plano e recursos financeiros explanados pelo Eng. Sanitarista Ana Paula Bortoloso.

3º Momento: A capacitação encerrou-se às 18:00 horas, sendo todos convocados a participar do Evento de Lançamento, dia 26/02 às 19:30 horas no Anfiteatro da Igreja Sr. Bom Jesus.



ANEXOS

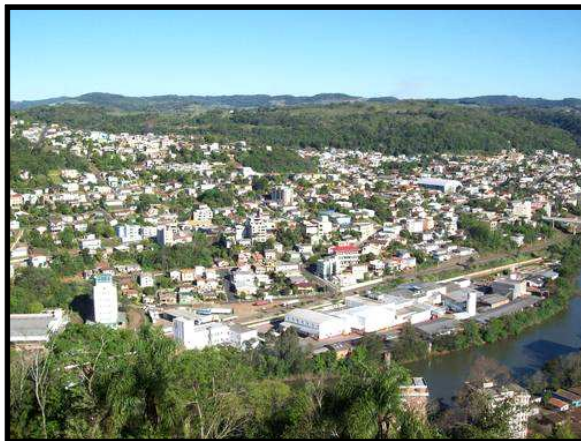


ANEXO I

APOSTILA DA CAPACITAÇÃO



PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO HERVAL D'OESTE



CAPACITAÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO



EQUIPE TÉCNICA E.U

ESPAÇO URBANO - Consultoria e Planejamento

EQUIPE TÉCNICA:

Arq. Fátima M Franz Hermes
Engº Civil Liselei Hadlich
Engª Sanitarista Ana Paula Bortoloso
Ass. Social Roseli Rolin da Silva
Mat. Estatístico Dirceu Scaratti
Administradora Gelize Abatti
Desenhistas Cadista Lucas Pontel
Digitadora Camila Mariani
Gustavo Zenaro





“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É UMA ESCOLHA PELA DEMOCRACIA”

*Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades
Porto Alegre - (16/02/2008)*



APRESENTAÇÃO

OBJETIVO:

NIVELAR O CONHECIMENTO DO GRUPO CONSULTIVO SOBRE A METODOLOGIA, A ABRANGÊNCIA E A FINALIDADE DO **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO**, BEM COMO, SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS EM TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO.





CONCEITUAÇÃO

CONCEITUAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO:

É INSTRUMENTO DE NATUREZA TÉCNICA E POLÍTICA QUE TEM POR OBJETIVO ORIENTAR O DESENVOLVIMENTO DE FORMA SUSTENTÁVEL DO SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL E O PLANEJAMENTO LOCAL DA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO, RESPEITANDO AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, PARA ATINGIR O ACESSO AO SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA.



CONCEITUAÇÃO

POR QUE FAZER UM PLANO DE SANEAMENTO?

PARA CONSTRUIR SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS QUE AFLIGEM OS MORADORES DAS CIDADES, QUE CRESCERAM DE FORMA EXCLUDENTE E DESEQUILIBRADA, PENALIZANDO PRINCIPALMENTE A POPULAÇÃO MAIS POBRE.

O PLANO DEVE ORIENTAR E IMPLEMENTAR AÇÕES COM O OBJETIVO DE SANAR OS PROBLEMAS NA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO PROPORCIONANDO A TODA POPULAÇÃO ACESSO AO MESMO.





CONCEITUAÇÃO

QUEM FAZ O PLANO DE SANEAMENTO?

UMA EQUIPE DA PREFEITURA, EM CONJUNTO COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE, CONDUZ O PLANO DE SANEAMENTO POR MEIO DE PROCESSOS DEMOCRÁTICOS E PARTICIPATIVOS. PARA QUE O PLANO SE TORNE REALIDADE E SEJA INSTRUMENTO EFICAZ DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO MUNICIPAL É PRECISO QUE ELE SEJA PACTUADO POR TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE E RESPALDADO POR UMA AMPLA DISCUSSÃO NO MUNICÍPIO.



METODOLOGIA DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO

ETAPA 1: FUNDAMENTOS(DURAÇÃO DE 3 MESES)

A ETAPA 1 SERÁ COMPOSTA PELAS SEGUINTE FASES:

FASE 1 – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - REUNIÃO COM O GRUPO CONSULTIVO – JÁ EXECUTADO

AÇÃO 2 - CAPACITAÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO – EM ANDAMENTO

AÇÃO 3 - EVENTO DE LANÇAMENTO – EM ANDAMENTO

AÇÃO 4 – ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO





METODOLOGIA

FASE 2 – AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - DEFINIÇÃO DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO

AÇÃO 2 - AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

AÇÃO 3 - LEVANTAMENTO COMUNITÁRIO



METODOLOGIA

FASE 3 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E SEUS IMPACTOS – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - REALIZAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS SETORIAIS

ATIVIDADE 01 - ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

ATIVIDADE 02 - APRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS RESULTADOS

ATIVIDADE 03 - IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO

AÇÃO 2 - IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AÇÃO 3 - REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

AÇÃO 4 – ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO





METODOLOGIA



ETAPA 2 – PROPOSTAS (DURAÇÃO DE 2 MESES)
SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

FASE 04 – PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS – AÇÕES:

AÇÃO 1 - REALIZAÇÃO DE OFICINA DE TRABALHO

ATIVIDADE 01 - PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA OFICINA

ATIVIDADE 02 - REALIZAÇÃO DA OFICINA - DEFINIÇÃO DE METAS

AÇÃO 2 – RELATÓRIO

FASE 5 – PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES– SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - ELABORAÇÃO DO PLANO

AÇÃO 2 - REALIZAÇÃO DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

AÇÃO 3 - ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO



METODOLOGIA



ETAPA 3: APROVAÇÃO (DURAÇÃO DE 1 MÊS)

A ETAPA DE APROVAÇÃO SERÁ COMPOSTA PELAS SEGUINTE FASES:

FASE 6 – AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS – SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:

AÇÃO 1 - REUNIÃO COM O CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL E LEGISLATIVO

AÇÃO 2 - ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES

AÇÃO 3 - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO

ETAPA 4 – INSTITUCIONALIZAÇÃO (DURAÇÃO DE 2 MESES)
– SERÁ COMPOSTA PELAS AÇÕES:





METODOLOGIA

FASE 7 - MECANISMOS E PROCEDIMENTOS

AÇÃO 1 - FORMULAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

AÇÃO 2 – RELATÓRIO

ATIVIDADE 01 - CRIAÇÃO DO CONSELHO E FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

ATIVIDADE 02 - DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS DE MONITORAMENTO

ATIVIDADE 03 - DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE REVISÃO DO PLANO

ATIVIDADE 04 - REALIZAÇÃO DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA/ENTREGA OFICIAL DO PLANO



METODOLOGIA

FASE 08 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES – SENDO PARTE DESTA FASE AS AÇÕES:

AÇÃO 01 – ELABORAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTENDO A FERRAMENTA E OU BANCO DE DADOS

AÇÃO 02 – ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO CONTENDO O SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM MEIO IMPRESSO E DIGITAL





DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“O desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que responde às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas necessidades”.

Alguns conceitos chave caracterizam e delimitam a noção de desenvolvimento na atualidade:

- *a sustentabilidade;*
- *o território;*
- *a participação cidadã;*
- *desenvolvimento com base em valores;*



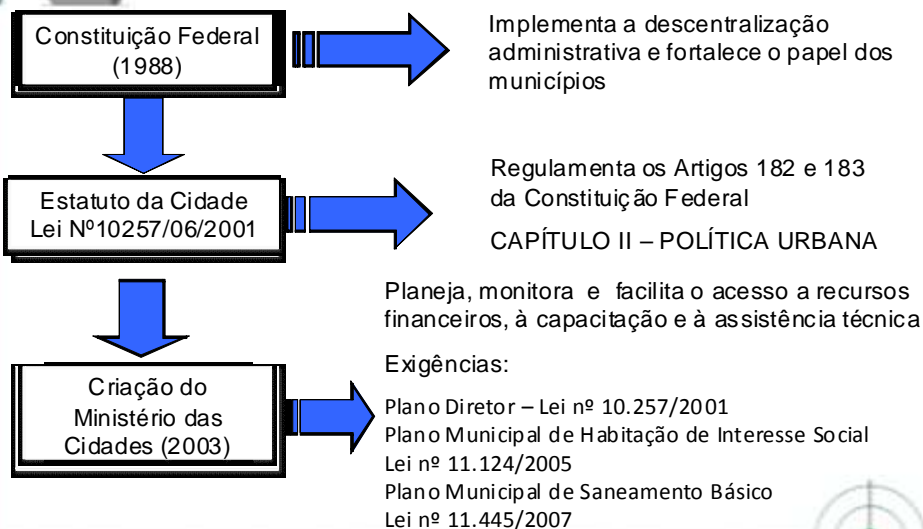
PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A elaboração de Planos/Planejamento insere-se no contexto de mudanças no quadro institucional brasileiro, que aponta para a progressiva responsabilização dos municípios na elaboração e implementação de políticas urbana, de habitação e do saneamento e meio ambiente.





RETROSPECTIVA: MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NO PAÍS



BASE LEGAL

Lei Federal 11.445/2007

Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico

Art. 3º -Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:





BASE LEGAL

- a) **abastecimento de água potável:** constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) **esgotamento sanitário:** constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;



BASE LEGAL

- c) **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:** conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) **drenagem e manejo das águas pluviais urbanas:** conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;





BASE LEGAL

- II - **gestão associada**: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no Art. 241 da Constituição Federal;
- III - **universalização**: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;
- IV - **controle social**: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;



DO PLANEJAMENTO

- Art. 19º** - A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:
- I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
 - II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;





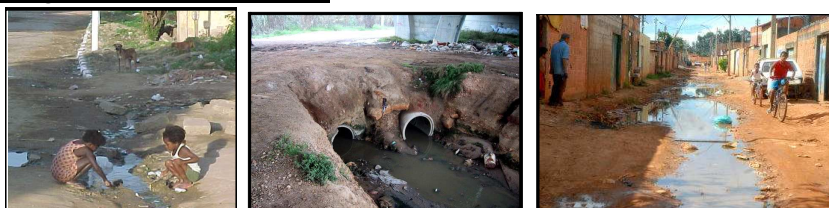
DO PLANEJAMENTO

- III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
- IV - ações para emergências e contingências;
- V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.



Situação Geral do Atendimento do Saneamento no Brasil

Esgotamento Sanitário:



“Apesar do crescimento de 3,2 pontos percentuais desde 2001 na cobertura dos serviços de saneamento no país, 34,5 milhões de pessoas ainda vivem sem acesso à coleta de esgoto nas áreas urbanas” (Fundação Oswaldo Cruz).

(Pesquisa divulgada pela ENSP (Escola Nacional de Saúde Pública) com dados do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) em 2008).





Situação Geral do Atendimento do Saneamento no Brasil

Municípios Brasileiros, ano de 2000:

- 42% → rede coletora de esgotos;
- 14% destes → ETE;
- Só 118 → desinfecção final;
- O restante é enterrado ou lançado em córregos e rios, contaminando o solo, águas superficiais e subterrâneas.

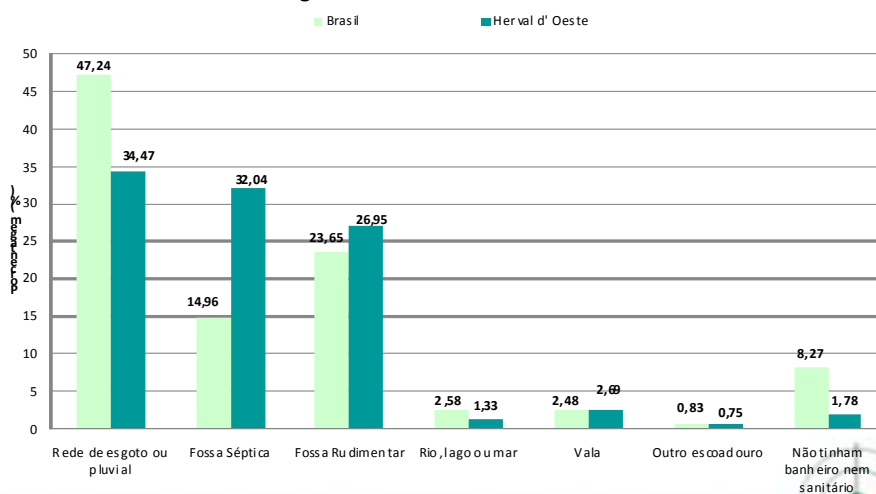


(Fonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico/IBGE, 2000)



Situação Geral do Atendimento do Saneamento no Brasil

Esgotamento Sanitário no Brasil



(Fonte: IBGE/SIDRA, 2000)





Situação Geral do Atendimento do Saneamento no Brasil

Abastecimento de Água:

89,8% em Áreas Urbanas;

18,1% em Áreas Rurais.

(Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000).



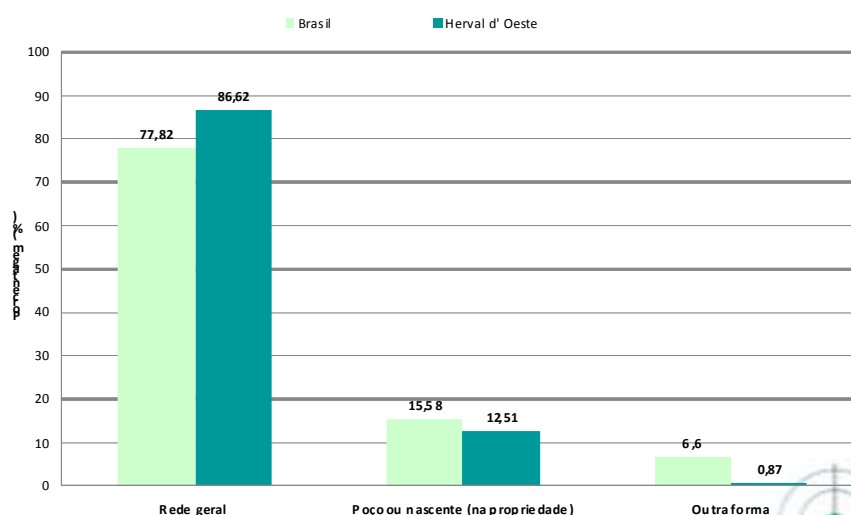
A maioria das capitais brasileiras – perdem mais da metade da água produzida! (Fonte: Instituto Socioambiental - ISA)

Perda estimada de 40% do volume de água tratada.



Situação Geral do Atendimento do Saneamento no Brasil

Abastecimento de Água



(Fonte: IBGE/SIDRA, 2000)

